

<https://doi.org/10.15202/1981996x.2019v13n2p68>

## **DINÂMICA DO DESMATAMENTO NO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS (PA) E O ESTUDO DA GESTÃO DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES (PMV)**

### **DYNAMICS OF DEFORESTATION IN THE MUNICIPALITY OF ÓBIDOS (PA) AND THE STUDY OF THE MANAGEMENT OF THE GREEN MUNICIPAL PROGRAM (PMV)**

**Alana Paula de Araujo Aires**

Mestranda do curso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pelo PPGEDAM/NUMA/UFPA; Especialista em Comunicação e Divulgação Científica pelo FIPAM/NAEA/UFPA e Economista pela FACECON/ICSA/UFPA.  
E-mail: alanah.aires@gmail.com

**André Cutrim Carvalho\***

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Professor-Pesquisador da Faculdade de Economia, FACECON e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia, PPGEDAM da UFPA e Professor-Visitante do IE-UNICAMP.  
E-mail: andrecc83@gmail.com

**Silvia Ferreira Nunes**

Doutora em Ciências pelo Programa Desenvolvimento Socioambiental - NAEA/UFPA; Mestre em Economia pela Universidade de Santa Catarina UFSC e Economista pela UNAMA/UFPA.  
E-mail: silvnunes@yahoo.com.br

**Nírvea Ravena**

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA e Socióloga pela Universidade Federal do Pará, UFPA.  
E-mail: niravena@gmail.com

\*Autor para correspondência

## **RESUMO**

A pesquisa visa efetuar uma análise preliminar sobre as transformações socioambientais e econômicas ocorridas no município de Óbidos, no Estado do Pará. Uma vez que os recursos naturais são de grande importância e o seu uso requer planejamento e utilização de políticas públicas locais no momento de manejar estes recursos e utilizá-los da melhor forma, tanto para geração de renda para população que reside na região, quanto para preservação desses. No entanto, nos últimos anos o planejamento inadequado para extração desses recursos não

tem sido realizado com êxito e com a devida parcimônia com o meio ambiente. Isso acabou gerando um comprometimento muito elevado dos recursos naturais com drásticas consequências para o meio ambiente e para o desenvolvimento do Estado do Pará. Por outro lado, o crescimento econômico e desordenado em regiões de fronteira como o município de estudo, continua sendo as principais causas do desmatamento. Nesses termos, o presente artigo apresenta como objetivo identificar o processo de desmatamento, bem como o vínculo com o desmatamento e a importância das instituições na região paraense e no município de Óbidos, a partir da implementação do programa municípios verdes (PMV). A pesquisa discutirá as políticas públicas locais utilizadas para combater o desmatamento na região, considerando as necessidades e a preposição de alternativas capazes de oferecer melhorias no quadro atual da população dessa região.

**Palavras-chave:** Desmatamento. Meio ambiente. Desenvolvimento. Programa municípios verdes.

## **ABSTRACT**

The research aims to carry out a preliminary analysis on the socio-environmental and economic transformations that occurred in the municipality of Óbidos, in the State of Pará. Since natural resources are of great importance and their use requires planning and use of local public policies at the moment of managing these resources and use them in the best way, both to generate income for the population that resides in the region, and to preserve them. However, in recent years inadequate planning for extraction of these resources has not been carried out successfully and with due parsimony with the environment. This ends up generating a very high commitment of the natural resources with drastic consequences for the environment and for the development of the State. On the other hand, the economic and disorderly growth in border regions as the study municipality, continues being the main causes of deforestation. The objective of this article is to identify the deforestation process, as well as the link with deforestation and the importance of the institutions in the region of Pará and the municipality of Óbidos. The research will discuss the local public policies used to combat deforestation in the region, considering the needs and the preposition of alternatives capable of offering improvements in the current population of that region.

**Keywords:** Deforestation. Environment. Development. Green municipalities program.

## **1 INTRODUÇÃO**

De acordo com dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (IMAZON), em 2016, o desmatamento atingiu 19% das florestas da Amazônia brasileira. Houve avanços no combate ao desmatamento de 2004 até 2012, quando este atingiu seu menor patamar na história recente graças à adoção de políticas públicas. Porém, a partir de 2013, o

desmatamento voltou a subir rapidamente e, em 2016, o aumento foi mais expressivo com quase 8 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas.

Como forma de tentar reduzir o quadro de desmatamento na região o governo estadual cria o Programa “Municípios Verdes”, no qual se configura como um programa iniciado em 2011 que teve grande destaque nacional e internacional devido aos resultados positivos obtidos em alguns municípios paraenses como, por exemplo, Paragominas. Este município obteve grande destaque no alcance de suas metas. Dentro deste contexto de discussão de sustentabilidade, a pesquisa objetiva demonstrar como ocorre o estímulo no sentido de fazer o município de Óbidos migrar para uma postura mais sustentável.

O processo de mudança para uma postura que busca preservar os recursos naturais presentes de forma eficaz buscando o desenvolvimento local – do ponto de vista ambiental e consequentemente econômico e social - chama atenção por ter sido mediado dentro de práticas rotineiras inseridas dentro de um contexto social e cultural do sujeito que recebeu as políticas públicas norteadoras do processo, ou seja, de todos aqueles atores locais que notaram a necessidade da mudança na forma de produção e utilização ou gestão dos recursos naturais. Com todo engajamento e interação das tecnologias sobre as relações sociais. Foi firmado, então, um pacto com entidades públicas, privadas e não governamentais que buscam promover o desenvolvimento econômico paraense ao mesmo tempo em que objetiva atingir a meta de desmatamento zero, com foco nos municípios (GUIMARÃES et al., 2011).

Motta (2013) observa que todos os setores da sociedade passam a desenvolver práticas e reflexões sobre sua interação com as demais áreas, testando possibilidades e inventando processos interacionais para participar segundo suas próprias perspectivas e interesses. O fato de que os circuitos em desenvolvimento tenham a tendência assinalada, de “atravessar” os campos sociais estabelecidos – mesmo quando o ponto de origem de um circuito é um desses campos, como, por exemplo, o educacional –, leva a uma espécie de “recontextualização”.

O programa, que reúne o Governo do Estado, Governo Federal, administrações municipais, Ministério Público, empresários, produtores e outras instituições representativas de setores produtivos, denominou-se Programa Municípios Verdes. Possui como público-alvo os produtores rurais, entidades representativas do setor produtivo, população de forma geral e prefeituras. Este programa possui como justificativa a expansão da agropecuária e da atividade madeireira ilegal e predatória, motrizes de desenvolvimento no Estado do Pará -

consideradas uma das regiões com a maior biodiversidade do planeta -, que impulsionou nas últimas décadas um desmatamento intenso (GUIMARÃES et al., 2011).

Diante desse contexto, o PMV utiliza instrumentos com o intuito de implantar o fortalecimento de gestão ambiental e o combate ao desmatamento ilegal no Pará. Dentre elas estão duas ferramentas de gestão compartilhada que reforçam a divulgação do programa: o Sistema de Alerta do Desmatamento automatizado da Lista do Desmatamento Ilegal (LDI) e a Plataforma Simples Ambiental.

Os Sistemas foram criados a partir do Projeto de Olho na Floresta. O LDI veio para gerar o monitoramento contínuo da floresta, fornecendo alertas semanais das alterações na vegetação nativa para gerar a detecção e mapeamento do desmatamento atual e sua intensidade, utilizando imagens de satélites de alta precisão. Já a Plataforma Simples Ambiental é o ambiente eletrônico criada pela SEMAS para cadastro e emissão da Dispensa de Licenciamento Ambiental, do Licenciamento Ambiental Declaratório e o do Licenciamento Ambiental Simplificado no âmbito estadual. Para os municípios que optarem por aderir ao regime simplificado poderá usar na sua esfera de gestão, condicionado a apresentar capacidade técnica, estrutura, e engajamento nas políticas e metas de gestão ambiental para monitorar e fiscalizar as atividades licenciadas. A facilidade é que nestes municípios o licenciamento passa a ser feito on-line, não necessitando do deslocamento do produtor até o órgão ambiental.

Neste primeiro momento, é preciso destacar a relevância acadêmico-científica do presente artigo, já que uma análise sobre o desmatamento e a importância das instituições em prol do desenvolvimento no município de Óbidos - PA direcionada como uma alternativa de compreensão sobre o processo histórico de (não) desenvolvimento econômico nos moldes do modo capitalista de produção. O município também é um território de fronteira que apresenta altos índices de desmatamento de acordo com o Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES).

De fato, a discussão sobre o tema do desmatamento tem crescido nos últimos anos, e os focos em evidência estão pautados na discussão de desenvolvimento e integração. Além disso, a dicotomia entre os países desenvolvidos e aqueles em processo de desenvolvimento, transparece nitidamente ao observar que os benefícios do aumento dos fluxos de trocas foram concentrados para os primeiros, mas os processos de produção e de consumo têm sido

disseminados e padronizados para todo o “resto do mundo”, constatando uma relação desigual e extremamente prejudicial para com o meio ambiente e desenvolvimento local.

O objetivo desse artigo foi analisar o processo de desmatamento no município de Óbidos no estado do Pará e, posteriormente buscou-se demonstrar instrumentos para o combate ao desmatamento nesta região. Além disso, procurou-se demonstrar a importância das instituições nesse processo e explicar como as políticas públicas podem ser fundamentais e eficientes quando realizadas de forma integrada com a sociedade civil organizada.

Neste sentido, a abrangência temática – envolvendo o desmatamento e as instituições no município de Óbidos – torna-se objeto de estudo de suma importância no contexto atual. O trabalho procurou responder a seguinte pergunta: como as políticas públicas influenciam nas atitudes do município de Óbidos (PA) no sentido de que possa permitir ou estimular a migração deste para uma postura mais sustentável do ponto de vista ambiental, social e econômico?

## **2 METODOLOGIA**

Em linhas gerais, principalmente no âmbito da pesquisa científica, impõe-se uma restrição metodológica, que é a necessidade de confrontação da realidade pensada, abstraída do concreto, com a realidade empírica, ou seja, aquela que é percebida pelos nossos sentidos. Por sua vez, como visto nas palavras de Lakatos e Marconi (1991, p. 106), “os conhecimentos práticos estão submetidos à necessidade de conexão imediata com a realidade a que se referem”.

Do ponto de vista da abordagem, o presente trabalho de pesquisa buscará o maior número possível de informações sobre a temática utilizando a técnica de pesquisa do tipo quantitativa, que tem como finalidade ser utilizada no desenvolvimento de pesquisas descritivas e de âmbito social, econômico, mercadológica, opinião, administração, onde objetiva-se descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como na investigação sobre causas dos fenômenos. De acordo com Lakatos (1981, p. 108):

[A pesquisa quantitativa] considera é preciso fornecer descrição da sociedade, considerada como um todo organizada. Por exemplo, definem-se e delimitam-se as classes sociais, especificando as características dos membros dessas classes e, depois, mede-se a sua importância ou variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para seu melhor entendimento.

Nestas condições, o procedimento utilizado neste artigo envolveu o método dedutivo pois parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos para a compreensão da dinâmica de consolidação de políticas públicas eficientes e, também, o método indutivo porque considera o particular, o papel das instituições e implantação de políticas públicas no processo de desenvolvimento do município de Óbidos no Oeste Paraense e na mesorregião do Baixo Amazonas.

Como o objetivo do projeto foi demonstrar o processo de desmatamento e a importância das instituições, bem como suas consequências no processo de desenvolvimento em Óbidos, pode-se definir essa pesquisa como sendo do tipo exploratória.

A base de dados está respaldada no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e no Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) e na base de dados da Política Pública Estadual do Pará: Programa Municípios Verdes (PMV). No primeiro momento, com o auxílio das instituições competentes, diversos materiais serão coletados onde, geralmente, ocorre maior número de desmatamento. Na segunda parte da pesquisa, foram realizados o levantamento de dados, considerando o município de Óbidos, as ações desenvolvidas junto com a população local sobre os impactos que o desmatamento causa na qualidade de vida delas. Além disso, foram efetuadas análises de projetos desenvolvidos com a Secretaria de Meio Ambiente para conhecer como são feitos os levantamentos de dados, estudos e demonstração dos impactos ambientais, sociais e econômicos nas regiões que mais sofrem com o desmatamento.

Neste sentido, o presente artigo buscou o maior número possível de informações sobre a temática utilizando a técnica de pesquisa do tipo qualitativa, que tem como finalidade ampliar as informações sobre o assunto em questão através de livros, artigos de periódicos e outras referências importantes.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 Desenvolvimento sustentável: origem, aspectos teóricos e os modelos BAU e SEM**

Primeiramente é importante relatar que o conceito de Desenvolvimento Sustentável ganhou destaque nas discussões políticas e organizações após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO 1992. Nas últimas décadas, a

discussão de desenvolvimento sustentável passou a se estender considerando mais o ambiente urbano.

A maioria da população mundial reside em cidades e desta forma, qualquer conceito referente ao desenvolvimento passa também a incluir o espaço urbano onde ocorrem grande parte das relações humanas. De acordo com Carvalho (2017, p. 12), “os impactos provocados pela grande indústria e pela agricultura sobre os recursos naturais e o meio ambiente ameaçam modificar o clima e a vida das espécies, variedades e raças dos seres biológicos, afetando inclusive o homem, no planeta Terra”.

Neste sentido, a união entre governo e iniciativa privada para manter a velocidade do progresso socioeconômico não são mais capazes de atender as necessidades humanas, muitas vezes até mesmo exageradas, da atual geração. A formação de consciência desse problema intergeracional adquiriu expressão mundial nos anos setenta. As contradições acerca do conceito de desenvolvimento sustentável ocorrem principalmente pelas contraditórias definições de desenvolvimento e da imprecisão do que vem a ser sustentabilidade. No meio acadêmico o debate sobre o conceito de desenvolvimento é bastante rico, principalmente quanto às diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento. No entanto, apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, é importante afirmar que elas não são excludentes. Segundo Carvalho (2017, p. 13):

Neste aspecto, pode-se dizer que a discussão sobre os problemas ambientais deste período estava polarizada: de um lado, os países desenvolvidos não aceitando o diagnóstico e as propostas do Relatório do Clube de Roma de transitar para um “estado estacionário” através da redução das taxas anuais de crescimento econômico dos países desenvolvidos para zero ou próximo deste; de outro, os países em desenvolvimento também discordando das propostas do Relatório do Clube de Roma, pois elas iam contra as suas aspirações de desenvolvimento econômico e feriam a soberania nacional desses países quanto ao destino dos seus recursos naturais.

Desse modo, é reconhecido de forma nítida que os grandes problemas ambientais urbanos e de destruição dos recursos naturais são ocasionados principalmente pelos países industrializados do centro. A discussão sobre a questão ambiental é tomada em dimensão global no início da década de 80.

Por outro lado, segundo Carvalho (2017, p. 15), “na segunda metade dos anos oitenta, a questão ambiental retoma tratamento especial, com a publicação do Relatório Final da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), encomendado pela

ONU a um grupo de especialistas”. Porém, as teorias de desenvolvimento econômico já não eram suficientes para encarregar-se do crescimento com distribuição de renda, a incorporação normativa da variável preservação ambiental tornou mais complexo ainda o tratamento teórico e operacional do conceito de desenvolvimento sustentável.

Ainda com o reconhecimento da complexidade e da gravidade dos desafios que a humanidade enfrenta atualmente, os documentos oficiais sobre meio ambiente e desenvolvimento passaram uma mensagem bastante otimista, ao contrário do Relatório do Clube de Roma, sobre a necessidade e a possibilidade de planejar e implementar estratégias ambientalmente adequadas a um novo padrão ou estilo de desenvolvimento econômico, com justiça social e prudência ecológica, denominado primeiramente, por Sachs (1986), de *ecodesenvolvimento* e, posteriormente, batizado com a expressão *desenvolvimento sustentável*.

É comum alguns autores atribuírem ao termo desenvolvimento somente ao aumento da renda como condição para ser desenvolvido, sem se preocupar com a distribuição dessa renda. Porém, nos debates mais recentes o desenvolvimento está sendo colocado de uma forma mais ampla, colocando além do crescimento econômico a melhoria da qualidade de vida. Esse segundo critério insere a melhoria dos indicadores econômicos e sociais como a diminuição da pobreza, o desemprego, as desigualdades, as melhores condições de alimentação, saúde, habitação e educação.

É necessário avançar e delimitar ainda mais a análise do conceito de desenvolvimento sustentável, para tanto, deve-se compreender melhor o que é sustentabilidade afinal? É interessante observar a perspectiva de Sachs (1994, p. 21), que defendeu que para operacionalizar o planejamento do desenvolvimento sustentável, “deve considerar a sustentabilidade ambiental em suas múltiplas dimensões”, desta forma, destacou determinações importantes que nos ajudam a visualizar a amplitude do conceito, são elas:

1º) a sustentabilidade biofísica, pressupondo que as novas políticas de desenvolvimento econômico incorporem, além da justiça social, a possibilidade de mudanças tanto no acesso e uso dos recursos naturais, quanto na distribuição social dos custos e benefícios dos danos causados pela atividade econômica sobre a natureza.

2º) a sustentabilidade política, pressupondo uma democracia moderna, que se caracterize pela ampla participação de todos os membros da sociedade nos diversos problemas que os afligem, em que Estado e sociedade promovem e viabilizam um arco de alianças e pactos sociopolíticos para assegurar as condições necessárias de governabilidade e de uma boa governança em prol de desenvolvimento autossustentado com estabilidade e oportunidades de emprego e renda a todos os cidadãos;



3º) A sustentabilidade econômica, pressupondo uma melhoria na eficiência alocativa e na gerência dos estoques de recursos e dos fluxos de investimentos públicos e privados, oportunizadores de mais emprego e renda, de forma a promover o crescimento autossustentado;

4º) A sustentabilidade social, pressupondo uma melhor equidade quanto a distribuição da renda e da riqueza, de modo a reduzir as assimetrias dos padrões sociais entre pobres e ricos e proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas;

5º) A sustentabilidade ecológica, pressupondo inovações tecnológicas capazes tanto de evitar os danos sobre os recursos naturais não renováveis e sobre o meio ambiente, como de reduzir o volume dos resíduos e da poluição, através da conservação da energia e dos recursos naturais e da indústria da reciclagem;

6º) A sustentabilidade cultural, pressupondo a inclusão social dos vários saberes populares naquilo que possam contribuir para o encaminhamento de soluções específicas para certos locais; e

7º) A sustentabilidade espacial, pressupondo a construção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e, também, um ordenamento territorial mais harmonioso dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

De acordo com CMMAD (1987, p. 46), o “*Desenvolvimento Sustentável* é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável não se limita somente à dimensão biofísica, mas também incorpora as dimensões política, econômica, tecnológica, social, cultural e ambiental. Segundo Carvalho (2017, p. 18), “não pode haver desenvolvimento sustentável, nos países desenvolvidos e/ou nos países em desenvolvimento, enquanto as populações carentes não tiverem suas necessidades sociais básicas atendidas”.

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento sustentável propõe uma mudança integral onde se espera a exploração dos recursos naturais, alterações institucionais e direcionamento da tecnologia e dos investimentos. Por este motivo, os países em desenvolvimento são os que mais sofrem com a deterioração dos seus ecossistemas, com a extinção das suas espécies vegetais e animais e, além disso, com o esgotamento de forma desordenada dos seus recursos.

Sachs (1993) aponta para um desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Para este autor, o desenvolvimento socialmente incluyente deve ser, necessariamente, ético e solidário. Por outro lado, para que as coisas aconteçam é necessário que sejam economicamente viáveis. “O econômico não é um objetivo em si, apenas o instrumental para o avanço do desenvolvimento incluyente e sustentável” (SACHS, 1993).

Segundo Laskorin (1983, p. 70-80), “no âmbito da economia normativa, em que se definem os principais objetivos de uma política de desenvolvimento socioeconômico, é

necessário levar em consideração a sustentabilidade em todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento”. Assim, o desenvolvimento econômico sustentável supõe uma transformação histórica do modo de produção capitalista e de consumo da economia e do modo de vida da sociedade na busca da equidade social e da conservação ambiental intragerações e intergerações presentes e futuras.

Por sua vez, a economia política do desenvolvimento sustentável, busca conciliar crescimento econômico, política econômica e meio ambiente. É aconselhável não confundir desenvolvimento econômico *sustentado* com desenvolvimento econômico *sustentável*, já que este último não se reduz apenas a crescimento, e sustentabilidade não quer dizer somente manutenção do crescimento.

Entretanto, é necessário destacar que existem vertentes científicas que compreendem o desenvolvimento econômico de maneira diferenciada e afirmam que o desenvolvimento econômico não necessariamente é o responsável direto pela degradação dos recursos e do meio ambiente.

Goldin; Winters (1994), defendem que “métodos de produção mais amistosos com o meio ambiente, podem mais do que compensar o aumento do nível da atividade econômica”. Grossman (1994), infere que a relação entre a renda per capita e a qualidade do meio ambiente dos países em estágios iniciais de desenvolvimento, estão diretamente relacionados, à medida que essa renda per capita oscila para mais ou para menos. Quanto maior a renda per capita, menor a degradação do meio ambiente e vice-versa. Baldwin (1995), também, evidencia que o crescimento econômico é condição necessária para a redução da pobreza e dos impactos da poluição sobre o meio ambiente, em especial nos países em desenvolvimento. Afirma que “para reduzir a pobreza e o aumento da pressão do incremento da população sobre o meio ambiente, é preciso que o crescimento econômico se faça com distribuição de renda e mais políticas públicas de investimentos voltadas para educação, saúde, habitação e alimentação.”

É evidente as dificuldades em desenvolver um método integrador da contabilidade ecológica e econômica, de forma a desenvolver uma análise de um modelo ótimo de desenvolvimento sustentável que considere o desempenho socioambiental, tal como o conceito do Produto Interno Líquido Ambientalmente Ajustado (PILAA), por exemplo, como indica Costanza (1994).

As diferentes visões de desenvolvimento embasam diferentes ações governamentais e não-governamentais. No entanto, apesar de algumas controvérsias, os países agem em prol do crescimento econômico e essa via, por si só, não parece ser condição suficiente para diminuir a pobreza, incrementar a qualidade de vida e erradicar a miséria.

Outro assunto importante tratado no artigo é em relação à pesquisa com fitoterápicos na Amazônia e os modelos BAU e SEM. De acordo com Carvalho, (2017, p. 30), “a capacidade de utilizar o conhecimento científico de forma criativa e produtiva para inovar, e aplicar na prática o conhecimento tecnocientífico na solução de demandas concretas da sociedade, constitui o principal componente do sucesso na geração de novos produtos, processos e serviços inovadores”. O tema *biotecnologia e saúde humana* apresenta vínculos com a biodiversidade dos recursos naturais da terra, como fonte fornecedora de matérias-primas à indústria no geral.

Percebe-se que a temática tem estreitas ligações com a preservação do meio ambiente, uma vez que a própria exploração predatória dos recursos naturais não renováveis ou mesmo renováveis pode antecipar o esgotamento das fontes fitoterápicas para ser utilizado na cura de diversas doenças da civilização moderna. A atual preocupação com a preservação da natureza, ainda que tenha obtido espaço na mídia, chegando a melhorar de modo significativo a consciência das pessoas sobre as questões ambientais, ainda não conseguiu alcançar um nível de conscientização minimamente capaz de transformar o discurso em ação coletiva na busca de um desenvolvimento sustentável, isto é, sair do campo teórico e ir para o campo de maior aplicabilidade.

O modelo de desenvolvimento não sustentável, mais conhecido como modelo de desenvolvimento BAU (*Business As Usual*) deve ser compreendido como práticas correntes que contribuem para a degradação do ecossistema e da biodiversidade da vida no planeta Terra. Esse modelo é constituído por uma diversidade de negócios que objetivam apenas o lucro privado a partir do momento que é aplicado nas diversas atividades industriais e agropecuárias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. De acordo com Carvalho (2017, p. 31):

A prática de destruir a floresta dos trópicos úmidos, possuidora de uma riqueza incomensurável em termos de recursos naturais, para plantar gramíneas para formar pastagens para a atividade pecuária, bem como da extração ilegal das madeiras da floresta, são dois exemplos típicos da aplicação do modelo BAU na Amazônia brasileira. Neste sentido, os índios, os quilombolas, os caboclos e os

chamados “povos da floresta” são exemplos vivos da resistência contra o modelo BAU.

Desse modo, a Amazônia brasileira, o modelo BAU é a prática de um desenvolvimento insustentável que vem sendo utilizado em várias atividades produtivas, sobretudo nas atividades agropecuária e de extração madeireira. O modelo BAU está presente nos garimpos que utilizam técnicas artesanais para extrair ouro e pedras preciosas dos rios e igarapés da região, mas também se faz presente nas grandes mineradoras, que, apesar de utilizarem técnicas modernas para beneficiar ou mesmo transformar os minérios extraídos do subsolo, não se preocupam com a manutenção ou armazenamento dos resíduos da produção, sendo mais viável estocá-los em ambientes, que, conseqüentemente podem poluir, e muitas vezes, são arremessados nos rios e igarapés, do que realizar um tratamento adequado, para minimizá-lo e não agredir o meio ambiente.

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento sustentável denominado de modelo SEM (Sustainable Ecosystem Management) é identificado pela aplicação de práticas e políticas públicas que reduzem não apenas os impactos negativos das atividades produtivas e extrativas sobre o meio ambiente, mas também tem por objetivo aumentar o produto social, contribuindo dessa forma para o avanço do desenvolvimento sustentável. Segundo Carvalho, (2017, p. 32), “Num cenário dos modelos SEM o uso de tecnologias limpas visa corrigir ou mesmo impedir práticas corrosivas à interação do binômio meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico”.

No entanto, a aplicação do modelo SEM, requer uma mudança de comportamento em relação à importância tanto da *natureza*, como fonte dos recursos naturais que são, por sua vez, utilizados, pela atividade humana, quanto do *homem* que transforma as matérias-primas em produtos que são usados para o consumo humano ou para produzir equipamentos de capital que vão auxiliar na produção de outros bens de capital e bens de consumo. O fato é que a civilização moderna precisará compreender que não é possível praticar um modelo de desenvolvimento BAU que não leva em consideração a pobreza social e nem o meio ambiente natural. Na realidade, a sociedade e a natureza apresentam o que Carvalho (2017, p. 33), denomina de “casamento” indissolúvel sob todos os aspectos, de tal maneira que a destruição de um leva ao fim do outro e vice-versa.

### 3.2 A Política Pública dos Municípios Verdes

A partir da Agenda 21, criada na Rio 92, o discurso sobre sustentabilidade ganha força e temas como, por exemplo, dos indicadores sociais que visam promover o desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da governança e tomada de decisão, - caso do Programa dos Municípios Verdes- surgem para fomentar o debate. No entanto, o conceito de sustentabilidade ainda que popularizado de forma ostensiva, encontra controvérsias e diversas definições conforme sua abordagem. Isto demonstra o quanto a mediação – relações sociais no processo de recepção - e midiaticização – forma como as mídias interferem nestas relações sociais - estavam e estão presentes neste processo.

A tomada de decisões sobre políticas públicas, instituições, desenvolvimento e divulgação científica em determinado estado ou município, bem como a forma como ocorre essas decisões e como as mídias interferem nas relações sociais deveria ser pautada em uma questão primordial que permitisse questionar se de fato o desenvolvimento das ciências promove o desenvolvimento igualitário das sociedades. Para responder a esse questionamento é fundamental entender o processo de mediação, midiaticização e as teorias da comunicação.

Segundo Braga (2012), na área da comunicação o surgimento de uma “mídia de massa” no formato de indústria cultural tornou-se objeto de estranhamento social: uma sociedade vista como massificada passava a ser mediada por processos informativos e de entretenimento não-habituais, subsumidos a setores sociais dominantes, não controlados pela sociedade em geral. Este comportamento ocorre quando há um entendimento enviesado do próprio conceito de sustentabilidade. Pois, muito se discute, mas poucos conhecem de fato este conceito e sua relevância para o planeta. É importante destacar que este entendimento é de grande importância tanto para os atores locais quanto para o próprio estado. Pois, a partir do momento que este ente social reconhece que há problemas ele passa a desenvolver ou promover políticas públicas capazes de reverter o quadro que se apresenta e que gerem cidadania e melhoria de vida para a população que reside nos municípios onde ocorre esses grandes índices de desmatamento.

Os municípios do Pará aderiram ao Programa Municípios Verdes por meio de assinatura de termo com o MPF onde se comprometeram com um conjunto de sete metas, que são monitoradas pela coordenação do PMV e validadas pelo Comitê Gestor. O

cumprimento dessas metas habilita os municípios a receberem benefícios como o desembargo ambiental, incentivos fiscais e prioridade na aplicação de recursos públicos.

O monitoramento e validação do cumprimento das metas é realizado pelo PMV com base em:

- Dados do CAR divulgados periodicamente pela SEMA;
- Dados sobre desmatamento divulgados mensalmente (DETER e SAD) e anualmente (PRODES);
- Boletins mensais de focos de desmatamento produzidos pelo SAD/IMAZON e enviados pelo PMV para os municípios realizarem verificação em campo;
- Relatórios de checagem de campo dos pontos de desmatamento enviados pelos municípios para o PMV;
- Informações fornecidas pela SEMA/DIPLAM sobre processos de habilitação de municípios para o licenciamento ambiental de impacto local;
- Atendimento e visitas a municípios pela equipe do PMV.

O objetivo do PMV é incentivar a efetivação de pactos municipais buscando a redução do desmatamento no estado em 80% até o ano de 2020. O Programa é uma extensão da experiência de controle do desmatamento implantada a partir de 2009 no município de Paragominas visando gerar condições para intensificar o uso sustentável das áreas desmatadas no estado, promover a regularização ambiental e fundiária de imóveis rurais e viabilizar o reflorestamento e o manejo sustentável da cobertura florestal para suprir também a demanda por madeira.

Além disso, o PMV baseia sua atuação em quatro eixos estratégicos:

- 1) controle e combate ao desmatamento;
- 2) ordenamento territorial, ambiental e fundiário;
- 3) produção sustentável; e
- 4) gestão ambiental compartilhada.

O Estado do Pará foi fortemente afetado pelas ações de combate ao desmatamento na Amazônia por parte do Governo Federal e do Ministério Público Federal durante a primeira década dos anos 2000. Essas medidas resultaram na inclusão de 17 municípios na lista crítica de desmatamento pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, posteriormente na assinatura de Termos de Ajustamento de Condutas por parte de frigoríficos e produtores de gado. Além

disso, milhares de imóveis rurais foram embargados e ocorreram impactos sociais em função da paralisação das atividades econômicas irregulares.

Uma das principais características do PMV é a sua vinculação com as políticas públicas federais e estaduais de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, especialmente com as ações do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD)

Em resposta a essa situação, o Governo do Estado lançou, em março de 2011, o Programa Municípios Verdes (PMV), por meio do Decreto Estadual nº 54/2011. Iniciativa promovida em parceria com municípios, sociedade civil, iniciativa privada e Ministério Público. Os objetivos gerais do PMV são combater o desmatamento e fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento e gestão ambiental e fundiária.

De acordo com o COGES do PMV a política dos municípios verdes realiza monitoramento e validação do cumprimento das metas realizado pelo Programa com base nos critérios de dados do CAR divulgados periodicamente pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS); dados sobre desmatamento, divulgados mensalmente pelo DETER e SAD, e também anualmente pelo PRODES; além disso, são divulgados boletins mensais dos focos de desmatamento produzidos pelo SAD/IMAZON e enviados pelo PMV para os municípios realizarem verificação em campo; relatórios de checagem de campo dos pontos de desmatamento enviados pelos municípios para o PMV; Informações fornecidas pela SEMA/DIPLAM sobre processos de habilitação de municípios para o licenciamento ambiental de impacto local; e atendimentos e visitas a municípios pela equipe do PMV. De acordo com o estabelecido no Decreto 054/2011, o objetivo do PMV é incentivar a efetivação de pactos municipais buscando a redução do desmatamento no estado em 80% até o ano de 2020.

O Programa é uma extensão da experiência de controle do desmatamento implantada a partir de 2009 no município de Paragominas visando gerar condições para intensificar o uso sustentável das áreas desmatadas no estado, promover a regularização ambiental e fundiária de imóveis rurais e viabilizar o reflorestamento e o manejo sustentável da cobertura florestal para suprir também a demanda por madeira. Além disso, as diretrizes estabelecidas pelo PMV possuem por base atuação em quatro eixos estratégicos sendo eles: o controle e combate ao

desmatamento; ordenamento territorial, ambiental e fundiário; produção sustentável; e gestão ambiental compartilhada.

Nesse contexto, o Estado do Pará foi alcançado pelas ações de combate ao desmatamento na Amazônia por parte do Governo Federal e do Ministério Público Federal durante a primeira década dos anos 2000. Essas medidas resultaram na inclusão de 17 municípios na lista crítica de desmatamento pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, posteriormente na assinatura de Termos de Ajustamento de Condutas por parte de frigoríficos e produtores de gado. Além disso, milhares de imóveis rurais foram embargados e ocorreram impactos sociais em função da paralisação das atividades econômicas irregulares.

Uma das principais características do PMV é a sua vinculação com as políticas públicas federais e estaduais de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, especialmente com as ações do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD). Isto é, a política dos municípios verdes funciona como estimuladora de adoção das práticas mais sustentáveis do ponto vista ambiental, sócia, econômico e jurídico. Isso é possível somente pelo estabelecimento de parcerias.

### **3.3 O Programa Municípios Verdes e o Município de Óbidos**

O município de Óbidos pertence ao estado do Pará e faz parte da Mesorregião do Baixo Amazonas. Possui fronteira ao norte com a República do Suriname e Município de Almerim; ao sul, municípios de Santarém e Juruti; ao leste, município de Alenquer e a oeste Município de Oriximiná.

Atualmente, Óbidos é um município que sobrevive do extrativismo natural, com a coleta da castanha do Pará para beneficiamento, sendo a segunda maior indústria beneficiadora da castanha, ficando atrás somente da capital do estado, da agricultura de subsistência, com destaque para a produção familiar da mandioca do qual é produzida a farinha branca, farinha de tapioca, a tapioca (goma), o tucupi e uma variedade de beju. Na sua produção nada vai fora, a folha serve para produção da maniçoba, um prato típico muito apreciado. Já a casca da mandioca, no período de escassez do capim, serve de alimento para o gado. Apesar disso, a pecuária é a principal economia do município.



O município de Óbidos foi escolhido para ser analisado por apresentar a pecuária como principal atividade econômica e por esta atividade ser historicamente uma propulsora do desmatamento por práticas irregulares de implantação. Além disso, devastam grandes áreas para manutenção dos pastos.

Por outro lado, a Região de Integração (RI) do Baixo Amazonas apresenta altos índices de desmatamento (FAPESPA, 2016). Conforme mostra a figura 1. Já em 2016, o desmatamento atingiu 19% das florestas da Amazônia brasileira. Houve avanços no combate ao desmatamento de 2004 até 2012, quando este atingiu seu menor patamar na história recente graças à adoção de políticas públicas. Porém, a partir de 2013, o desmatamento voltou a subir ligeiramente e, em 2016, o aumento foi mais expressivo com quase 8 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas.

A persistência do desmatamento mantém a população da região de integração em ciclo vicioso de degradação ambiental e de baixo desenvolvimento na área econômica e social. Em 2004, o estado do Pará contribui com 2% do PIB e foi responsável por gerar quase um quinto das emissões de gases de efeito estufa (FAPESPA, 2016). É válido destacar que todas as 12 RIs do Pará têm potencial para algumas das nove vocações econômicas alavancadas (Figura 2) – Agricultura familiar, agronegócio, biodiversidade, energia, florestal, logística, mineração, pesca, serviços ambientais, logísticas-, com destaque para as RIs do Tapajós, Xingu, Baixo Amazonas, Tocantins, Carajás, Rio Capim e Rio Caeté.

**Figura 1 - Região de Integração do Baixo Amazonas**

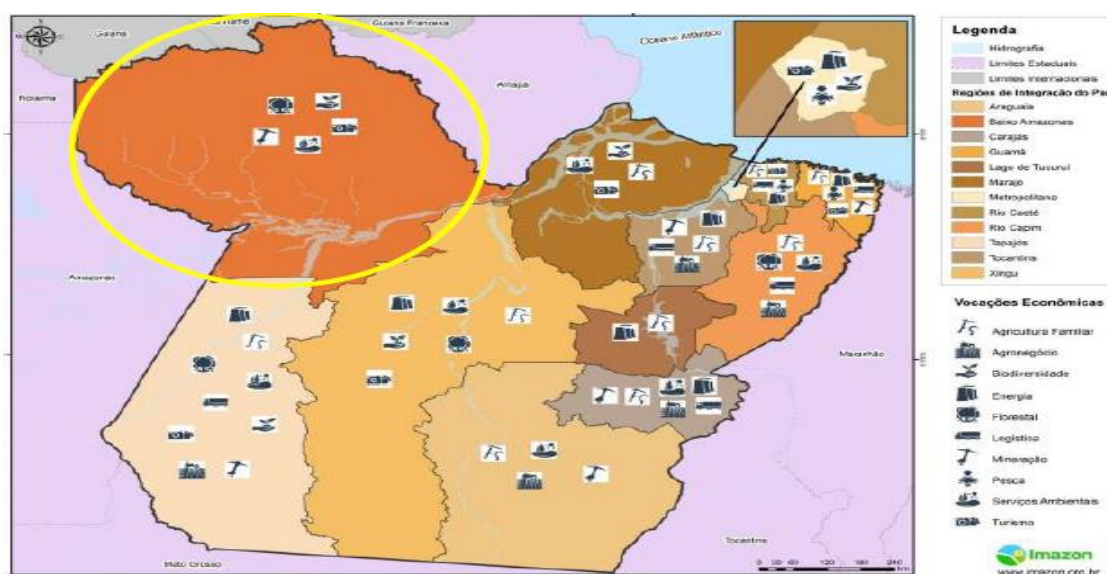
Município	Área Km <sup>2</sup>	Desmatado 2013	(%)
<b>Pará</b>	<b>1.247.780</b>	<b>255.250</b>	<b>21%</b>
<b>Baixo Amazonas</b>	316.085	19.963	6%
Alenquer	22.286	1.402	6%
Almeirim	72.964	1.777	2%
Belterra	4.399	811	18%
Curuá	1.430	331	23%
Faro	11.794	239	2%
Juruti	8.308	1.163	14%
Mojú dos Campos	-	-	-
Monte Alegre	19.516	4.199	22%
Óbidos	28.031	1.856	7%
Oriximiná	107.782	1.506	1%
Praíha	14.785	1.698	11%
Santarém	22.890	4.637	20%
Terra Santa	1.900	346	18%

**Fonte:** FAPESPA, 2016.

A falta de incentivos à agricultura familiar tem gerado a marginalidade dos jovens trabalhadores e trabalhadoras, envolvendo-os em drogas, prostituição, gravidez precoce etc.

Neste sentido, a partir dos repasses feitos aos municípios por meio do PMV é possível implementar um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável. Qualquer projeto alternativo de desenvolvimento deve pressupor a democratização nas relações de trabalho, renda digna e respeito aos direitos trabalhistas, como condições básicas para a qualidade de emprego e vida, independentemente de quem quer que seja o empregador. O desenvolvimento do município precisa ser pensado a partir da sustentabilidade. Sem isso há uma exploração intensa dos recursos naturais.

**Figura 2 - Vocações econômicas da RI do Baixo Amazonas**

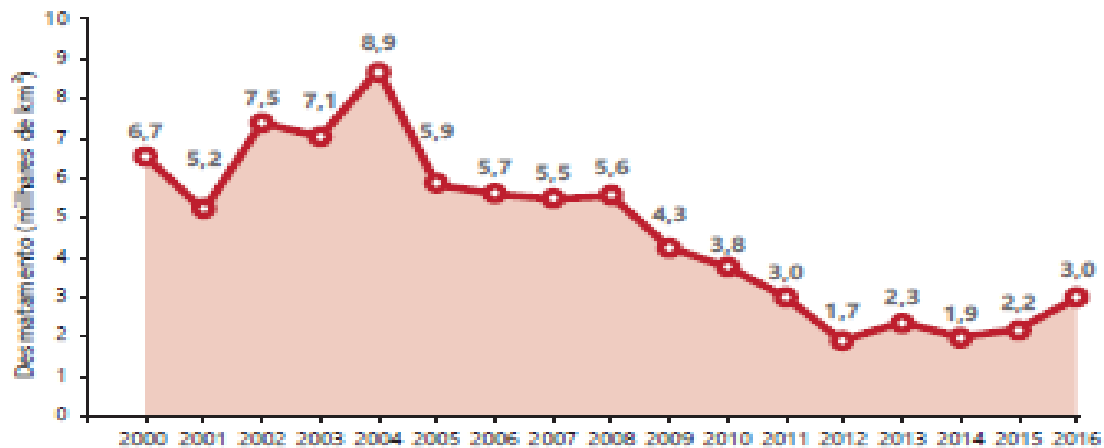


**Fonte:** FAPESPA, 2016.

Diante desse contexto foram criadas políticas públicas visando reduzir o desmatamento na Amazônia como um todo e conseqüentemente na Região de Integração do Baixo Amazonas no estado do Pará. Em 2012, de acordo com o INPE (2012) houve a redução no desmatamento a partir das políticas públicas adotadas tanto no âmbito federal quanto no estadual. O desmatamento no Pará até 2016 atingiu 263 mil quilômetros quadrados de florestas, ou 21% do território do Estado (Figura 2). A taxa média de desmatamento anual de 5,8 mil quilômetros quadrados entre 1988 e 2004 caiu para 5,1 mil quilômetros quadrados entre 2005 a 2010. Além disso, entre 2011 e 2016, essa taxa média foi reduzida para menos da metade: cerca de 2,4 mil quilômetros quadrados. Em 2012, registrou-se a menor taxa de desmatamento da história: 1,7 mil quilômetros quadrados (Figura 3). Houve uma queda de 80% na taxa de desmatamento no Pará de 2012 em comparação com a taxa de 2004, auge da destruição de florestas na década passada (8,9 mil quilômetros quadrados). Contudo, após

esse período de redução das taxas até 2012, o desmatamento voltou a subir, atingindo cerca de 3 mil quilômetros quadrados em 2016 (INPE, 2016).

**Figura 3** - Taxa de desmatamento no Pará de 2000 a 2016



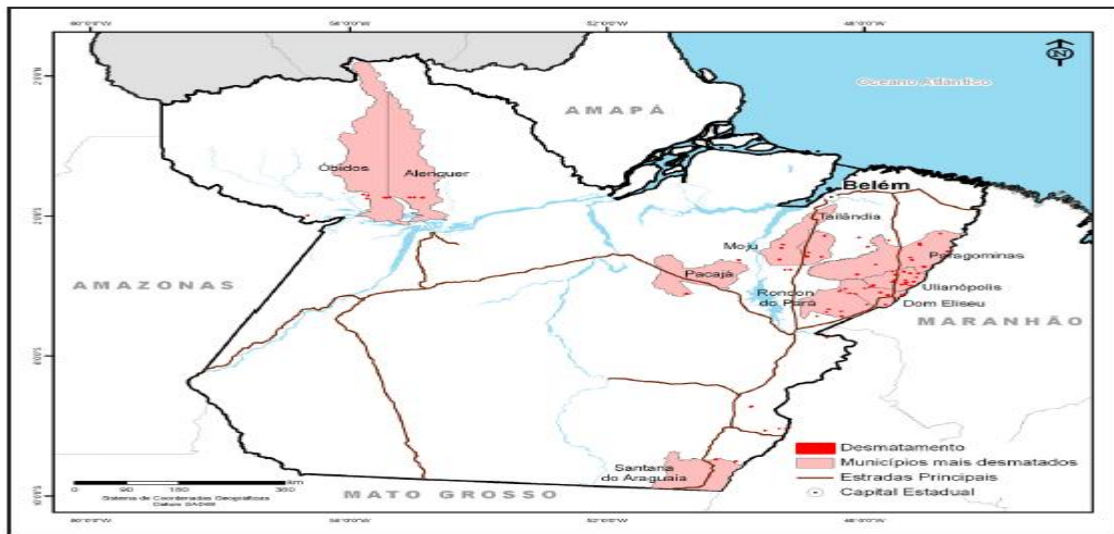
**Fonte:** INPE, 2016.

A grande maioria (89%) do desmatamento nesse período ocorreu em áreas privadas ou sob diversos estágios de posse. O restante (11%) do desmatamento ocorreu dentro das áreas de Assentamento de Reforma Agrária. Não houve desmatamento em Áreas Protegidas no período de janeiro a março de 2008. Os Projetos de Assentamentos mais desmatados no período foram Cruzeiro (Óbidos), São Paulo das cachoeiras (Breu Branco) e Novo Horizonte (Alenquer). Óbidos no referido período ocupou o 9º lugar no ranking dos municípios que mais desmatam no estado do Pará, de acordo com levantamento feito pelo INPE (Figura 4).

Salisbury (1995) argumenta que a política pública versa em decisões sancionadas pelos atores governamentais, o que neste caso significa os resultados ou saídas de procedimentos governamentais. Já Secchi (2011) observa que uma política pública é uma diretriz formada para enfrentar um problema público. Porém, a definição de Laswell (1936 apud SOUZA, 2006) continua sendo a mais conhecida por considerar que as decisões e análises sobre política pública implicam responder questões como: quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz?

No caminho da sustentabilidade há uma convergência de processos críticos – o ambiental, o social e o econômico (IPEA, 2016). Nestes termos, o tripé que recebe a unanimidade – uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – precisa, hoje, acrescentar o pilar da governança, que compreende a articulação do conjunto para o bem comum por meio de instrumentos e políticas públicas.

**Figura 4** - mapa dos municípios que mais desmataram no Pará de janeiro a março de 2008



**Fonte:** INPE (2016).

Sabe-se que um bom desempenho das instituições públicas e de seus instrumentos é uma condição necessária, mas nem sempre suficiente, para alcançar os objetivos esperados. É possível que haja um bom desempenho institucional e que, ainda assim, os resultados atingidos nas políticas públicas sejam muito mais positivos em relação ao que foi previsto, devido a elementos externos intervenientes (MAGALHÃES, 2016).

Por este motivo é importante que os arranjos institucionais possuam capacidade de inovação no sentido de incentivar e facilitar a ação coletiva que é fundamental para o processo de governança ambiental. Dentre estas características desejáveis para um maior desempenho da governança ambiental no setor público, entre outras, são: economicidade, transparência e prestação de contas para a sociedade (*accountability*), capacidade de execução (cumprir o programado ou as metas estabelecidas) e responsividade (capacidade de dar resposta aos problemas) em tempo hábil.

A tomada de decisões sobre políticas públicas, instituições, desenvolvimento e comunicação científica em determinado estado ou município, bem como a forma desenvolvida por estas deveria ser pautada em uma questão primordial que permitisse questionar se de fato o desenvolvimento das ciências promove o desenvolvimento igualitário das sociedades (BORTOLIERO, 2009). Para se entender esse tópico é importante destacar o conceito de Políticas Públicas. Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas

(RUA, 2012). Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.

Em geral pode-se observar que todas as definições de políticas públicas possuem uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais importante que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores. Então se pode dizer que política pública busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Dessa forma a busca por uma teoria geral da política pública implicaria a necessidade de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Esta também é a razão pela qual os pesquisadores de áreas tão diversas partilham do interesse nesta área e têm colaborado para os avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 26).

Outro ponto importante que deve ser observado é a necessidade de distinção entre política pública e decisão política. Uma política pública comumente envolve mais do que uma decisão e demanda diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política está relacionada a uma escolha dentre várias alternativas, de acordo com a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Desta forma, embora uma política pública sugira decisão política, a recíproca nem sempre é verdadeira (RUA, 1998).

De acordo com Ross (2006), a Região da Amazônia abriga a última floresta de dimensão continental e identifica, com relação ao seu uso, dois grupos de atores: o primeiro com interesse no grande potencial de recursos, visando desse modo, a extração e transformação do espaço e o outro com interesse em sua preservação. Estes interesses poderiam vincular-se entre si, como demonstrado pelas indústrias farmacêuticas, empresas biotecnológicas e de engenharia genética que manifestam o desejo de que a Amazônia possa oferecer o que tem, mas que mantenha suas características intactas (SOUZA, 2002).

Porém, isto não vem ocorrendo na região, pois o modelo de desenvolvimento imposto na Amazônia resulta na sua transformação. Dessa forma, a manutenção das características

naturais e o desenvolvimento são elementos dissociativos, no qual o segundo por não observar o devido planejamento acaba muitas vezes sendo desordenado e termina concorrendo com o primeiro e até mesmo se sobrepondo a ele.

No caso do PMV a política pública se desenvolveu ser realizar sobreposição sobre a população que reside no local e sobre os recursos naturais disponíveis. A meta inicialmente era atender 100 municípios paraenses até 2015, mas já em 2013 este número foi ultrapassado. Ao ser contemplado pelo Programa o município recebe infraestrutura para aumentar os instrumentos de combate e prevenção do desmatamento. Tais ações funcionam como mecanismo de eficiência na gestão ambiental. Além disso, também é elaborado projetos que visem a conscientização das pessoas que lidam com o campo ou pesca para que utilizem de forma consciente os recursos naturais. Os equipamentos oferecidos são fundamentais ao processo.

Neste sentido, tais posturas ocasionam o desmatamento na região. Isto provoca problemas sociais, econômicos e ambientais que resultam em emissão de gases de efeito estufa no contexto de mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos essenciais. Além disso, o desmatamento também ocasiona impactos sociais negativos sobre os povos e comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, seringueiros e ribeirinhos.

Várias instituições têm trabalhado sobre o tema e pesquisando as causas e dinâmica dos desmatamentos na Amazônia. Assim, as discussões que há muito tempo se concentravam basicamente nos impactos adversos que o meio ambiente sofria por causa do desenvolvimento, originou um novo debate sobre quais seriam as perspectivas de desenvolvimento a partir de um meio ambiente degradado (COSTA, 1997).

Nesse contexto, ocorre atuação de diferentes atores. De acordo com Braga (2012), uma mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes. Esse conceito básico parece se manter em todas as situações em que a expressão é chamada a nomear o processo.

O município de Óbidos foi o primeiro do oeste paraense a conquistar o título de município verde a partir de todas ações integradas com a Secretaria de Meio Ambiente do Município. A instituição está com um Programa de Educação Ambiental com ações como o projeto pescando cidadania; Campanha Municipal de Combate ao Desmatamento além de um plano Integrado de Resíduos Sólidos. Além disso, o município também ganha apoio do Plano

de Ação e Controle no Combate ao Desmatamento (PPCDAm). O plano foi criado para enfrentar o desmatamento de forma abrangente, integrada e intensiva. As ações previstas estão articuladas em torno de quatro eixos temáticos:

1. Ordenamento territorial;
2. Monitoramento e Controle Ambiental;
3. Fomento as atividades produtivas sustentáveis;
4. Instrumentos Econômicos e Normativos.

De acordo com o relatório gerado pelo PMV o município de Óbidos possui mais de 80% de imóveis rurais cadastrados pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). Sendo este um instrumento de gestão e planejamento agroambiental fundamental para quantificar as informações existentes e de posse delas tratá-las e elaborar políticas para combater as disparidades ou polarizações sociais e econômicas existentes. Além disso, o município foi avaliado e possui desmatamento menor que 40km<sup>2</sup> (PRODES, 2016).

Além do município de Óbidos ser o primeiro do Oeste do Pará a obter o selo de município verde ultrapassando até mesmo a meta do Programa que é a obtenção de 80% do CAR - Cadastro Ambiental Rural. Ele também participa. O Programa possui um sistema de parcerias e pactos locais que buscam a continuidade e complementaridade do programa, visando não depender de um único órgão ou ente governamental. Dessa forma, produtores rurais, prefeituras, ministério público, sindicatos e entidades de classe, ONGs, órgãos ambientais, fundiários e de apoio à produção devem se unir em torno de agendas locais para enfrentar problemas concretos.

O município de Óbidos já possui o Programa de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento (PPCAD) Municipal, publicado em dezembro de 2014 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUNA) e Prefeitura Municipal de Óbidos. O município foi o único da região que elaborou e tem executado o PPCAD municipal por iniciativa própria com apoio de parceiros como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e Fundo Vale.

O PPCAD elenca 23 ações que abrangem um período de três anos (janeiro de 2015 a dezembro de 2017). O PPCAD de Óbidos tem como órgão executor a SEMMA e auxílio do Grupo de Trabalho Municipal de Combate ao Desmatamento de Óbidos, que foi formalizado em agosto de 2014 e tem o objetivo de assessorar as atividades para o cumprimento das metas do PPCAD Municipal.

No dia 14 de junho de 2016, foi realizada uma nova oficina participativa no município de Óbidos, a fim de avaliar se as metas estabelecidas no PPCAD municipal foram cumpridas. Os resultados desta oficina são apresentados nesse item.

As oficinas participativas se constituem como uma importante estratégia de mobilização para empoderar os participantes sobre as políticas de combate ao desmatamento, desenvolvidas em escala federal, estadual e municipal; apresentar o diagnóstico da dinâmica do desmatamento do município, extrair as informações, percepções e experiências dos atores sociais envolvidos nas problemáticas associadas ao desmatamento, especialmente e relacionadas às causas, aos efeitos e as possíveis soluções levantadas durante a oficina.

Durante a realização da oficina, o responsável pela apresentação do PPCAD municipal, atentou para o fato de que a participação dos representantes das instituições que cooperaram na construção do documento era de suma importância para avaliação dos itens ponderados. Nesse contexto, é possível perceber em como a união das instituições, desenvolvimento de políticas públicas eficazes e sociedade civil organizada conseguem alcançar resultados positivos no combate ao desmatamento de forma que, seja possível reverter o quadro a partir da adoção de atitudes nas atividades desenvolvidas.

Desse modo, é possível conseguir uma continuidade dessa política a partir do cumprimento das metas e, conseqüentemente adotar posturas mais sustentáveis com melhor aproveitamento dos recursos naturais por meio da sua gestão e através do provimento de desenvolvimento local.

O entendimento conceitual do termo sustentabilidade é fundamental para os atores locais quanto para o próprio estado, pois a partir do momento que estes atores reconhecem que há problemas, na forma como algumas ações são desenvolvidas, eles passam a desenvolver ou promover políticas públicas capazes de reverter o quadro que se apresenta e que gerem cidadania e melhoria de vida para a população que reside nos municípios onde ocorrem os grandes índices de desmatamento.

Recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) aponta para o fato de a manutenção da floresta ser compatível com o desenvolvimento econômico. O IMAZON (2017) apresenta quatro justificativas para reduzir as taxas de desmatamento. Inicialmente, o mercado consumidor nacional e global prefere produtos livres de desmatamento; em seguida, a persistência do desmatamento inibe investimentos na Amazônia, isto dificulta o



desenvolvimento econômico da região; depois o valor econômico total da floresta amazônica e seus serviços ecossistêmicos são crescentes e será ainda mais estratégico no futuro próximo; e por fim, a Amazônia e o Pará possuem áreas desmatadas suficientes para aumentar sua produção agropecuária sem a necessidade de desmatamentos adicionais (IMAZON 2017, p. 18).

Retomando a política de municípios verdes e seu conceito, Guimarães et al. (2011, p. 15), o compreende como aquele que desenvolve atividades produtivas sustentáveis com baixa emissão de carbono e elevada responsabilidade social e ambiental. Segundo esta autora em um contexto Amazônico o município verde estimula primeiramente a governança local para ampla gestão municipal do meio ambiente; segundo o manejo florestal; posteriormente a intensificação da agropecuária e do reflorestamento; e, conseqüentemente o uso sustentável e a conservação das funções ecológicas das florestas e remanescentes; além da recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL).

De acordo com Guimarães et al. (2011, p. 15):

O município define e executa ações de monitoramento local das atividades produtivas e da pressão sobre a floresta como medida efetiva de combate ao desmatamento e promove a inserção de todos os produtores no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e no Licenciamento Ambiental Rural (LAR). Com isso, ele cria bases para a segurança jurídica, o que permite atrair investimentos de qualidade.

Partindo destes pressupostos, Guimarães (2011) afirma que as justificativas para que um município seja considerado verde vão desde a segurança jurídica até o fomento de crédito para continuar com a eficiência de suas práticas. De acordo com ele, o produtor ao aderir o programa não sofre com sanções como multas e embargos econômicos, pois, segundo as diretrizes da política está cumprindo com as leis ambientais. Outro ponto importante destacado pelo PMV é a valorização no mercado.

De acordo com o Guia do PMV, Guimarães (2011, p. 23), “os consumidores têm optado por produtos com procedência socioambiental correta, e alguns países importadores têm restringido o comércio de produtos que reconhecidamente causam danos ao meio ambiente”. E no Brasil, grandes redes varejistas, como por exemplo, Carrefour e o Pão-de-Açúcar, declararam que não comprarão mais produtos oriundos de desmatamento ilegal e de trabalho em condições análogas à de escravo. Além disso, alguns frigoríficos (como o JBS e o Marfrig) assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) comprometendo-se a comprar apenas de fornecedores regulares ambientalmente.

Outro ponto a ser destacado é que a atração de investidores também é um requisito de grande peso para o município e seus componentes realizarem a mudança para práticas mais sustentáveis, já que também oferece maior segurança jurídica para estes. Por outro lado, o governo federal, mediante a uma mudança de postura do município em relação às questões ambientais e sociais, tem priorizado o acesso ao crédito, fomento e assistência técnica rural.

Segundo o regulamento do PMV criado pelo Decreto 054/2011 para ser efetivado como um município verde é necessário reduzir o desmatamento, cumprir com a legislação social e ambiental e estimular a recuperação de áreas degradadas, a intensificação do uso de áreas já abertas e o manejo de floresta nativa. A política pública divulga por meio de relatórios e cartilhas, acompanhadas pelo Comitê Gestor do PMV (COGES), algumas ações para ocorrer essa migração para as práticas mais sustentáveis no contexto amazônico. Porém, essas podem sofrer variações a medida a região é alterada, bem como problemas e peculiaridades de cada município no qual a política é implantada.

De acordo com o guia de divulgação do PMV (2011) qualquer município do estado pode se tornar município verde, ainda que ele não pertença a lista de municípios prioritários no combate do desmatamento (meta principal do PMV). Atualmente, 124 municípios participam desta política pública ambiental.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desmatamento é a principal fonte brasileira de emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera, o que interfere no clima regional e global. Porém, pode-se perceber uma diferença na origem do desmatamento de acordo com o perfil de cada região. No Mato Grosso, por exemplo, o desmatamento deriva, sobretudo da abertura de áreas agrícolas em imóveis particulares, já no Pará o desmatamento está na maioria das vezes associado à grilagem e à especulação com terras públicas, quase sempre associadas à pecuária (IBGE, 2010).

O município de Paragominas foi um exemplo bem sucedido de aplicabilidade do Programa “Municípios Verdes”. Houve integração entre sociedade e ação conjunta das instituições, para alcançar o objetivo comum, que é a redução do desmatamento; além disso, isso foi possível por meio da adoção de modelos e práticas de gestão e desenvolvimento mais

sustentável. Dessa forma, a população não fica totalmente dependente de apenas uma atividade econômica, mas consegue ter alternativas de desenvolvimento para conseguir segurança de renda e qualidade de vida.

A política pública dos Municípios Verdes ainda encontra alguns entraves para seu desenvolvimento de forma contínua como a falta de recursos humanos e de equipamentos. Portanto, outro desafio para a gestão é descentralizar essas ações para que se torne mais participativa por parte da sociedade para aplicação efetiva de todos os instrumentos propostos pelo programa. Por outro lado, para o Ministério Público Federal, a dificuldade está mais centrada na transparência das informações dos municípios, assim como na estruturação mais qualificada das secretarias de meio ambiente municipais.

Portanto, a administração pública possui estas interações internas que contribuem na sua evolução, mas é essencial que também tenham interações com a complexidade do entorno para que esta evolução se concretize e para que haja esse equilíbrio entre eficiência das políticas públicas e as interações sociais a partir de uma visão pensada no desenvolvimento endógeno e não exógeno de forma que englobe todos os atores sociais envolvidos neste contexto e que a comunicação tenha como ponto de partida as necessidades da população local.

## REFERÊNCIAS

- AMAZÔNIA BRASILEIRA POR SATÉLITE. **PROJETO PRODES estima 5.831 km<sup>2</sup> de desmatamento na Amazônia em 2015.** Disponível em: <[www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=4058](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4058)>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). **Mediação e Mdiatização** (Livro Compós). Salvador: EDUFPA; Brasília: Compós, p. 32-53, 2012.
- CMMAD. Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ONU – Comissão Brudland (1998). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 2ª Ed. 1991.
- CUTRIM CARVALHO, A.; CARVALHO, D. F. Desenvolvimento Sustentável: passado, presente e perspectivas futuras. In: João Tristan Vargas; Dóris Santos de Faria. (Org.). **Textos Interdisciplinares: um olhar integrado sobre a Amazônia, o Brasil e o Conhecimento**. 1ª ed. São Paulo-SP: Editora Humanitas, Livro 1, p. 09-54, 2017.
- IBAMA. **Painel de Desmatamento**. Disponível em: [siscom.ibama.gov.br/painel/#/](http://siscom.ibama.gov.br/painel/#/). Acesso em 02 de janeiro de 2017.
- GUIMARÃES, J. et al. **Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade**. Belém: Imazon, 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite: Projeto Prodes**. São José dos Campos: INPE, 1979. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite: Projeto Prodes**. São José dos Campos: INPE.
- LASKORIN, B. **O Desenvolvimento da Produção e Meio Ambiente**. In: A proteção do meio ambiente e a sociedade. Moscou: Academia das Ciências da URSS, 1983.
- MOTTA, P. R. de M. **O Estado da Arte da Gestão Pública**. São Paulo. v. 53, n. 1 Jan/Fev. 2013. O Programa Municípios Verdes. Disponível em: <[www.municipiosverdes.pa.gov.br](http://www.municipiosverdes.pa.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- PARCEIROS, P. M. V. Disponível em: <[www.amazonia-ibam.org.br](http://www.amazonia-ibam.org.br)>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento**. São Paulo: Oficina de textos, 2006. 207 p.
- RUA, M. das G. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. **O Estudo da Política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo, 1998.
- SALISBURY, R. H. **The Analysis of Public Policy: A Search for Theories and Roles**. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). **Public Policy: The Essential Readings**. New Jersey: Prentice Hall, 1995. cap. 5, p. 34-37.
- SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 15, n. 6, Dec. 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552011000600017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000600017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SOUZA, M. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 45, n. 15, p. 31-36, 2002.

SOUZA, S. A. **Uma Aplicação dos Tipos Ideais Weberianos**. Pernambuco, 2006. Disponível em: <[www.ufpe.br/gepec/exemplos/06\\_artigo03\(sergioalves\).pdf](http://www.ufpe.br/gepec/exemplos/06_artigo03(sergioalves).pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2018.